

Por Moara Semeghini

O inverno no Hemisfério Sul começou oficialmente às 5h24 deste domingo (21), trazendo consigo o impacto direto da rápida elevação das temperaturas superficiais no Oceano Pacífico Equatorial. Embora a estação seja climaticamente marcada pela persistência de massas de ar seco, que reduzem a umidade relativa e dificultam as frentes frias, a consolidação do fenômeno El Niño deve provocar chuvas e temperaturas acima da média histórica para o período.

De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), os maiores volumes de precipitação do trimestre devem se concentrar no noroeste da Região Norte, no leste do Nordes-



Defesa Civil e Corpo de Bombeiros trabalham para conter incêndio que destruiu 120 hectares no Pico das Cabras, Joaquim Egídio, Campinas, em 2024

Inverno começa sob a sombra do

El Niño extremos

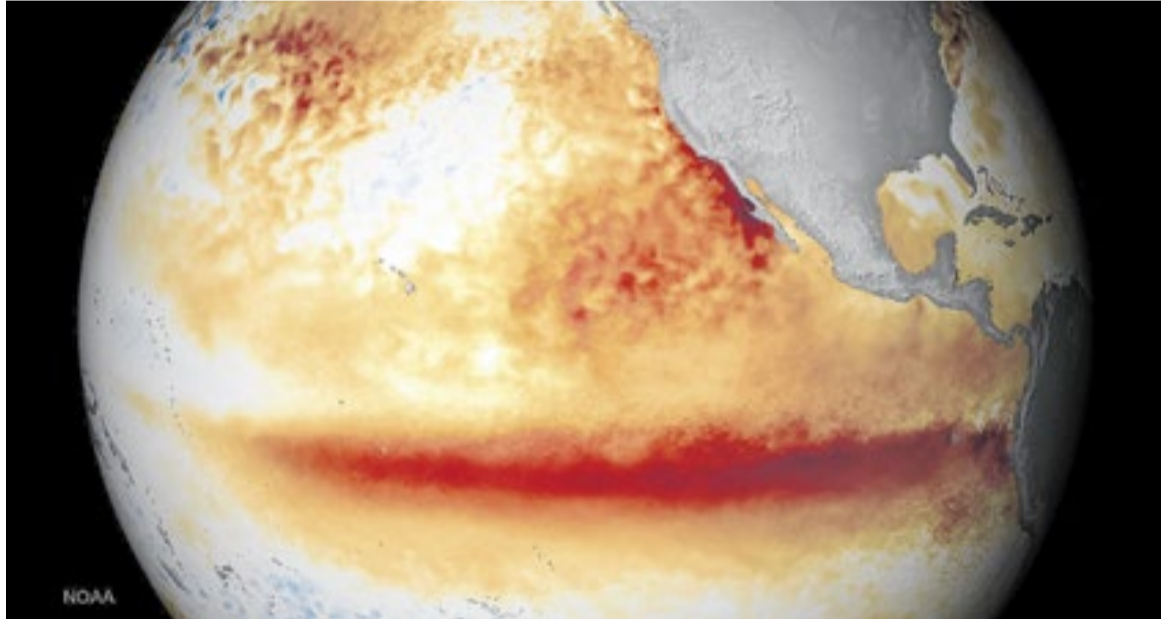
e com alerta de

te e em parte da Região Sul. Para o estado de São Paulo, o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) projeta uma média de chuva esperada de 130,5 mm ao longo da estação, que se estende até o dia 22 de setembro.

Este início de estação sob condições atípicas corrobora o monitoramento da Administração Oceânica e Atmosférica dos EUA (NOAA), que confirmou o estabelecimento do El Niño em curso. O anúncio encerra meses de expectativa e desloca o foco dos meteorologistas estritamente para a gravidade do evento.

Os modelos de projeção da agência americana indicam que o cenário deve se desenvolver para um nível moderado ou forte. Foi estimada em 63% a chance de um El Niño muito forte entre novembro e janeiro, uma subida drástica em relação aos 37% previstos no mês passado, com chances reais de o aquecimento médio das águas superar os 2°C. Esse patamar coloca o atual ciclo com potencial para figurar entre os maiores recordes históricos registrados desde 1950.

Para a climatologista Ana Maria Heuminski de Ávila, pesquisadora do Cepagri/Unicamp, o anúncio da NOAA muda o tom da comunidade científica.



Imagens de satélite: vermelho e laranja mostram temperatura da superfície do mar no Equador

“O que muda fundamentalmente é a queda da incerteza. Até pouco tempo, os modelos computacionais enfrentavam o que chamamos de barreira de previsibilidade. Havia a necessidade de esperar para ver se a atmosfera iria se acoplar perfeitamente a esse oceano quente. Agora que o fenômeno está estabelecido, a discussão deixa de ser ‘se ele vem’ e passa a ser sobre o tamanho do impacto. A prudência se transforma em um chamado para a preparação imediata”, explica.

Segundo a pesquisadora da Unicamp, o aquecimento do Pacífico reorganiza toda a circulação de umidade e frentes frias sobre o continente, gerando impactos distintos por região. Região Sul: o Brasil pode esperar um aumento expressivo no volume de chuvas, com alto risco de temporais, cheias e enchentes generalizadas. Regiões Norte e Nordeste: viverão o cenário oposto. Haverá uma redução acentuada das precipitações, o que deve agravar severamente os períodos de estiagem na Amazônia e no semiárido nor-

destino, elevando o risco de incêndios florestais. Sudeste: a tendência para a primavera é que seja marcada por calor frequente e forte elevação térmica. Com as frentes frias retidas no Sul, o período chuvoso regular vai atrasar. O risco reside na combinação de altas temperaturas com o retorno tardio da umidade: quando as chuvas finalmente voltarem, a atmosfera superaquecida fará com que venham na forma de pancadas isoladas extremamente intensas e tempestades severas.

Ana Ávila pontua que o aque-

NOAA projeta intensidade histórica e Unicamp prevê impactos no Sudeste

cimento global e o El Niño são fenômenos distintos, mas que somam efeitos de maneira perigosa. Enquanto as mudanças climáticas elevam a temperatura média da Terra de forma persistente, o El Niño gera um pico térmico temporário. Quando ambos coincidem, os extremos se multiplicam. “O El Niño é um processo natural. O que se agravou nas últimas décadas foi a nossa exposição. Apresentamos hoje temperaturas de base mais altas, avanço rápido da urbanização sem planejamento, desmatamento contínuo e degradação das matas ciliares”, avalia. Para ela, estados e municípios devem revisar seus planos de contingência.